

"O PROBLEMA É A CONVIVÊNCIA. SE ELES RECLAMASSEM, ACREDITO QUE A PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO TOMARIA UMA POSIÇÃO EM RELAÇÃO A ISSO. MAS HÁ UMA ACOMODAÇÃO. E ISSO FAZ COM QUE SE PERCA A IDENTIDADE DA PRÓPRIA BIBLIOTECA."

**SOLANGE GARCIA - BIBLIOTECÁRIA
EM BENEFÍCIO DA PESQUISA
PÁGINAS 8 E 9**

"NOTA-SE QUE O VIRTUAL ENQUANTO MEIO FÁCIL DE DIVULGAÇÃO DE IDEIAS TORNA-SE O NOVO ESPAÇO DO DIZER-VERDADEIRO, NÃO MENOS PERIGOSO, VISTO QUE MUITAS DAS FEMINISTAS SOFREM CONTÍNUAS AMEAÇAS A SUA INTEGRIDADE FÍSICA."

**CARLA FERNANDA DA SILVA - PROFESSORA DO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FURB
O FEMINISMO COMO "CORAGEM DA VERDADE"
PÁGINA 6**

"É QUE O FORTE CLIMA DE EXCITAÇÃO POLÍTICA CAUSADO PELAS MANIFESTAÇÕES DE RUA E INTENSIFICADO NAS REDES SOCIAIS TEM COMPROMETIDO A ANÁLISE DA CRISE. (...) OU VOCÊ ESTÁ COMIGO, OU VOCÊ ESTÁ CONTRA MIM."

**MARCOS MATTEDI - PROFESSOR
DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS
LADO B - PÁGINA 16**



FOTO: LUIZ GUILHERME ANTONELLO

DO FÍSICO AO DIGITAL

Processo de digitalização dos jornais da biblioteca da FURB entra em fase final. Recortes de 1984 até hoje passam pela mudança iniciada há cerca de dez anos. Trabalho deve ser concluído em maio

PÁGINAS 8 E 9



FOTO: JANDYR NASCIMENTO

MARCAS DE POBREZA E DESIGUALDADE

A DIFERENÇA ENTRE DUAS REALIDADES DISTINTAS. DE UM LADO A CIDADE PROVIDA DE TODOS OS BENEFÍCIOS DOS AVANÇOS DA TECNOLOGIA, DAS ESTRUTURAS URBANAS. E, DE OUTRO, UMA POBREZA CUJA RESTRIÇÃO DE ACESSO A TODOS ESTES BENS E ÀS OPORTUNIDADES DECORRENTES DESTES ACESSOS, CAUSA UMA SITUAÇÃO DE GRANDE FRAGILIDADE, EM BLUMENAU.

PÁGINAS 12 E 13

FOTO: LEOCARLOS SIEVES

O DESABAFO DE UM USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO

EM MEIO À CRISE NA MOBILIDADE URBANA BLUMENAUENSE, SURGE A NECESSIDADE URGENTE DE REPENSAR O SISTEMA EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA COLETIVIDADE

PÁGINA 4



A ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO E A LEI ANTICORRUPÇÃO À BRASILEIRA

Recentes acontecimentos internacionais, como o desbaratamento de esquemas de corrupção da FIFA, a colaboração integrada das polícias de diversos países, a mudança do comportamento de bancos suíços que quebraram o sigilo bancário, bem como outros paraísos fiscais que passaram a colaborar em investigações de grandes redes do crime organizado, não são fenômenos isolados para o que acontece hoje também no Brasil. A pergunta que se faz é: o que se sucederá após isso, dada a confluência relativa de fatores políticos e econômicos que dão um contorno peculiar a atual crise brasileira? Em meio a uma batalha de rede de informações desencontradas de diversas fontes da imprensa local, o olhar dos correspondentes estrangeiros de diversos jornais e revistas, que passaram a acompanhar com mais atenção, mostra uma extrema dificuldade de compreender e traduzir para seus leitores o que se passa realmente no Brasil. El País, The Guardian, Washington Post, Le Monde Diplomatique, Rede ZDF e outros cobrem com relativa regularidade o cenário de uma nação, considerada importante no contexto dos grandes países emergentes e que se perde por ora em seu papel junto a esse grupo de nações, que vem revelando um papel preponderante e crescente na sua participação na economia mundial. Para os alemães da ZDF, é difícil explicar como um presidente da Câmara de Deputados continua no cargo já indiciado como réu, ou que o presidente do Senado responde há mais de dez processos de semelhante gravidade, nem como um ex-presidente investigado em uma das operações em curso – a Lava-Jato – na maior estatal do país, é amparado por um governo fraco e dividido quando alçado para ocupar um cargo de Chefe da Casa Civil, com foro privilegiado em um momento em que a crise de confiança se instalou, com dois anos consecutivos de PIB negativo e uma rápida deterioração das condições de emprego que devem chegar a 12% até o final do ano pela PNAD contínua, a mais alta já registrada no Brasil. As condições de governabilidade se mostram frágeis e para reunir toda a divisão de forças necessárias para alcançar um pacto de uma via de solução crível para restabelecer a confiança, que já por si só vai demandar um sacrifício de todas as partes.

Independentemente de qual será o desfecho dessa história, um sentimento que aflorou no cidadão comum contribuinte e eleitor é o combate à corrupção endêmica que sempre existiu no Brasil e que ganhou dimensões de maior visibilidade com uma atuação firme do judiciário. Grandes empresários e políticos dos quais jamais se sonhava que estariam presos, hoje estão. Assim, juízes, e não lideranças políticas, passam a ganhar status de heróis nacionais. Independentemente de partidos políticos, as raízes da corrupção que envolvem o estado e empresas, parece que está em todo o lugar, no passado e no presente. Pergunta-se: e no futuro? Que implicações de uma nova ordem poderá mudar daqui por diante a atuação política e a relações entre o estado, empresários e instituições? Que garantias de que esse processo terá continuidade e não é produto meramente de uma disputa pós-eleitoral, para derrubar ou afastar um governo que está tendo maus resultados? O combate à corrupção é um problema reconhecido por todas essas partes envolvidas tanto as que defendem a continuação do governo como os que lhe são contrários, apesar das narrativas desses lados mutuamente disparam suas razões e contra-razões na primazia dos problemas.

Para responder se viveremos um novo tempo após essa

turbulência, é necessário lembrar alguns fatos históricos, de como se configurou um cenário internacional de preocupação com o avanço do crime organizado e a corrupção e de como isso afeta a nossa vida. Claire Sterling publicou em 1994 o livro “A Máfia Globalizada: a nova ordem mundial do crime organizado”, a autora relata que o crime organizado ficou relativamente regionalizado até a manutenção dos grandes blocos econômicos, produto da antiga Guerra Fria e que acaba com a queda do muro de Berlim, em 1989, e com a extinção da ex-URSS. Emergem daí forças de um espólio de raízes do crime organizado que não se confrontam, mas se unem em operações globais, reunindo máfias russa, italiana, americana, colombiana e as velhas tríades asiáticas em escala mundial com operações cada vez mais sofisticadas no sistema financeiro, empresas com negócios aparentemente legítimos, tráfico de drogas, de pessoas, venda de armas, terrorismo, prostituição e mais recentemente cyber-crimes. David Southwell, em seu livro “A história do Crime Organizado”, publicado em 2014, mapeou a atuação das redes internacionais em várias partes do mundo, o que sugere e até confirma a tendência já revelada por Sterling de que o crime organizado se infiltra em governos e instituições corroendo o tecido social e econômico.

Organismos multilaterais no final da década de 1990 consideraram a corrupção como um crime contra a humanidade. E o Brasil, já em 2000 e 2002, havia assinado três acordos internacionais envolvendo o tema ao ratificar a Convenção das Nações Unidas (ONU) contra Corrupção, a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na exposição de motivos do PL 6.826/2010, encaminhada pela advocacia Geral da União e pelo Ministro da Justiça ao Executivo em 2010, mencionam a assinatura dessas convenções. Esse PL originou a Lei 12.846/13 – Lei Anticorrupção no Brasil que foi sancionada logo após as manifestações de rua, em 2013. Os instrumentos de ação dessa lei são um aperfeiçoamento do conjunto semelhante utilizado na Operação Mão-Limpas, que ocorreu na Itália na década de 1990, que inclui elementos inovadores como o acordo de leniência e a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica nos processos. O modelo brasileiro é também semelhante ao que já está em vigor nos EUA e em muitos países.

Na Itália, a operação resultou em 2.993 mandados de prisão; 6.059 pessoas estavam sob investigação, incluindo 872

empresários, 1.978 administradores locais e 438 parlamentares, dos quais quatro haviam sido primeiros-ministros. Os partidos que estavam no poder na época eram a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano – desapareceram posteriormente, de algum modo. O Partido Democrático da Esquerda, o Partido Republicano e o Movimento Sociale Italiano foram os únicos partidos de expressão nacional a sobreviverem, e apenas o Partido Republicano manteve a sua denominação. Mas, os que sobreviveram a limpeza, trataram de destruir a legislação que produziu esse saneamento e ninguém quer um Berlusconi à brasileira operando por aqui.



Independentemente de qual será o desfecho dessa história, um sentimento que aflorou no cidadão comum contribuinte e eleitor é o combate à corrupção endêmica que sempre existiu no Brasil e que ganhou dimensões de visibilidade com uma atuação firme do judiciário.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafera (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (CCT), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde:** -, **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edeimar Valério Mafera (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





INTERNAS

NEGOCIAÇÃO SALARIAL DO SINSEPES

A negociação salarial e deliberação da pauta de reivindicações obteve o reajuste de 10,36% para os trabalhadores da FURB, e a retomada da previsão de redução das perdas passadas em 1% na previsão orçamentária de 2018. Foi aprovada a alteração do Art. 38 da LC 756/2010, alterando as restrições dos parágrafos 1 e 2 de forma que o docente após cada decênio de exercício ininterrupto na FURB, possa gozar de licença prêmio de 180 (cento e oitenta) dias, em períodos anuais de um mínimo de 7 (sete) até 30 (trinta), com todos os direitos e vantagens permanentes do cargo efetivo.

No primeiro caso o pedido deverá ser feito pelo menos, 90 (noventa) dias de antecedência obedecendo o calendário administrativo. No Art. 36 e seu parágrafo único as condições da remuneração em caso de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família passam a ser I - 100% (cem por cento) da remuneração no primeiro mês; II - 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração no segundo mês; III - 50% (cinquenta por cento) da remuneração do terceiro ao sexto mês; IV - Sem remuneração, desde o sétimo mês até 24º mês. As questões relativas as férias ainda serão discutidas mediante acordo coletivo durante esse ano. Aguardamos porém ainda definição do enquadramento de docentes nos regimes de trabalho integral e parcial.

FURB SEDIA EVENTO INDÍGENA

Em 14 de abril acontece o evento "Laklãnõ/Xokleng, o povo que caminha em direção ao sol – Caderno da Semana dos Povos Indígenas 2016", no Auditório da Biblioteca da FURB. Contará com a apresentação do material do "Caderno da Semana dos Povos Indígenas 2016", apresentações culturais, roda de diálogos, momento de integração e uma exposição fotográfica. O material da Semana dos Povos Indígenas de 2016 foi desenvolvido em 2015 pela Escola de Educação Básica Vanheçú Patté, pelo Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e pela comunidade da Aldeia Bugio, da Terra Indígena Laklãnõ/Xokleng.

No material, a comunidade reafirma aspectos valiosos de sua história e cultura, e é destinado para uso nas escolas indígenas no Brasil. O evento ocorre das 8h até 11h, e às 13h30min a programação se repete para quem não pôde estar presente no período da manhã. Possui inscrições limitadas que deverão ser confirmadas através do e-mail: gecfontoura@gmail.com

NOTA DE ESCLARECIMENTO 1 (A PEDIDO)

A respeito da matéria publicada na última edição (70), março de 2016, (página 9) que alega omissão das autoridades constituídas quanto à apuração de supostas denúncias de assédio "por parte de professores contra alunas", do Curso de Direito, a Direção do Centro de Ciências Jurídicas esclarece o que segue:

1. O conteúdo divulgado na matéria jornalística em referência não reflete a realidade.
2. Todas as denúncias de irregularidades no serviço público ou de infração disciplinar cometida por membros do Corpo Docente e Discente do Curso de Direito desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, foram apuradas.
3. A direção do Centro não recebeu denúncia de assédio, mas informou apurar o fato através de procedimento administrativo próprio.

Antonio Carlos Marchiori

NOTA DE ESCLARECIMENTO 2

O SINSEPES esclarece que o curso de Direito foi citado de forma equivocada. A coordenação do curso de Psicologia, também citado na reportagem, informou ter tomado providências na esfera de sua competência. Tão logo o SINSEPES percebeu o erro de não ter ouvido os cursos, foi lhes dado o direito de resposta.

Os sindicatos em geral tratam e debatem as formas de assédio como um tema relevante e atual nas relações de trabalho bem como defende a existência de canais de atendimento adequadas para os casos.

Ralf Marcos Ehmke

Presidente do SINSEPES

ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE RECEBE 112 TRABALHOS

Nos dias 12 e 13 de maio, o auditório do Bloco J da FURB será a sede da 10ª edição do Encontro de Economia Catarinense, evento realizado pela APEC - Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense. Ao todo são dez áreas temáticas, incluindo Economia e Política Internacional, Desenvolvimento e Sustentabilidade Sócio Ambiental, Gestão e Economia do Setor Público, entre outros. A programação abre às 9h com a recepção aos pesquisadores, dia 12, sendo que a abertura oficial está prevista para as 19h. Os fundadores da APEC serão homenageados durante o encontro. Este ano o tema do evento é Migrações Contemporâneas. Será a segunda vez que Blumenau sedia o encontro e a expectativa da organização é de que o evento reúna em torno de 250 pessoas. Mais informações sobre o evento no site: www.apec.pro.br

FOTO: MAGALI MOSER

DIA DA MULHER NA FURB

O primeiro Ciclo de Debates do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia promovido em parceria pelo SINSEPES e CCHC da FURB lotou o auditório do bloco J, dia 8 de março, da FURB. Na abertura, o público pôde assistir à apresentação da aluna de Música da FURB, Luana Berti, que escolheu canções simbólicas para o evento. A escritora Urda Alice Klueger e a professora Carla Fernanda da Silva foram as palestrantes. Coordenado pela professora Adiléia Bernardo, do Curso de Ciências Sociais, o debate mostrou que o tema precisa ser discutido com profundidade.



SEMANA DE ÁFRICA MOVIMENTA FURB EM JUNHO

Entre os dias 2 e 4 de junho vai acontecer a Semana de África, com a temática "As Áfricas do Brasil". O evento, que é organizado pela comunidade Afro Blu em parceria com o Neab FURB, contará com mesas redondas, sarau poético, conferências, torneio e jantar de confraternização. "Desde que cheguei a Blumenau, no contato com a maioria das pessoas, sempre senti África como desconhecida. Todos falam de África, mas são poucos que sabem minimamente sobre ela ou que pelo menos a saibam situar geograficamente. Há muitos que a têm como um país, uns como apenas um deserto recheado de famintos e de guerras, como um Safari. Desconhece-se as suas histórias, seus pensadores, seus ritmos e o modus vivendi dos diferentes povos. A ideia da Semana de África, que já vem sendo realizada em outras universidades pelo Brasil, é trazer uma visão sobre a África atual, seus desafios e dar conhecimento o que de África tem no Brasil", conta Tchiloya Vagnaide Crisanto Handjaba Tchiloia, estudante de Engenharia de Telecomunicações que ajuda na organização do evento, junto com os estudantes africanos e o Neab da FURB.



QUE FASE!

FOTO: LEOCARLOS SIEVES

Em meio à crise na mobilidade urbana Blumenauense, surge a necessidade urgente de repensar o sistema em busca de soluções para coletividade

POR LEOCARLOS SIEVES

Cientista Social, usuário de ônibus e fundador da Associação dos Usuários do Transporte Público e da Mobilidade

Duas palavras de desabafo dos usuários de ônibus de Blumenau. Estamos atravessando uma crise sem precedentes na mobilidade urbana. A cobradora sentada em cima da tampa do motor, segurando no colo uma caixa de embalagem de sapatos para guardar o dinheiro, é o retrato da situação.

“Quem não se envolve, não se desenvolve”, diz o ditado. Um comentário que vale para quem tem a caneta e a batedeira do planejamento na mão.

Raramente, pra não dizer nunca, tenho visto esses que planejam o sistema, usando efetivamente o serviço de ônibus. Falar com propriedade, com sentimento e conhecimento é pra quem usa o sistema.

Temos inúmeros exemplos da falta de percepção do sistema. Um deles é a passarela para pedestres da rua Antônio da Veiga em frente à FURB. Notem que do lado esquerdo da rua, a rampa acesso fica na contramão do ponto de ônibus. Ou mudamos o ponto ou adicionamos outra rampa de acesso.

Outro exemplo gritante de contra mobilidade é a estação Catedral. Por mais de dez anos o ponto ficou em frente ao xóvim. Era bom demais, você descia do ônibus e já estava ali na boca do túnel para fazer a travessia da rua Sete ou ainda na entrada do xóvim. Agora ele foi deslocado cem metros distante dali. Agora além do deslocamento, temos que cruzar duas vezes a rua Ingo Hering, e cortar o fluxo dos automóveis inclusive, para chegar a entrada do túnel ou entrar no xóvim.

Algumas situações devem ser aprimoradas. A qualificação dos que operam o sistema é uma delas. Cobradores, fiscais de plataforma, motoristas de automóveis, ciclistas, engenheiros de tráfego e os próprios usuários, devem passar por capacitações. Em São Paulo, motoristas de ônibus tiveram que andar de bicicleta para sentirem na pele a sensação de um ônibus “tirando fininho” da bicicleta.

A falta de informação ao usuário é outra constante. A audiência pública ocorrida no dia 23 de março 2016, para tratar da concessão do transporte público, não teve nenhum convite afixado nos terminais ou dentro de algum ônibus. Cito ainda outras situações reais ocorridas em nossa cidade. Nicole, estudante universitária mais duas amigas pouco acostumadas a tomar ônibus no primeiro ponto da Beira Rio, vêem o ônibus da linha 17 chegar. Antes ainda de efetivar o embarque, perguntam e a cobradora confirma que esse ônibus passa na FURB, com certeza. Embarcam e pagam a passagem. Mas para seu espanto, notam que a linha cruza a ponte e vai em direção a Ponta Aguda. Frustradas com a roubada em que se meteram, desembarcam no ponto do SENAC e retornam a pé naquele calorão à Beira Rio. De quebra ainda tem que pagar outra passagem.

Num sábado a noite, dois turistas alemães perguntam com

certa dificuldade a cobradora da estação da Beira Rio (Carlos Gomes), quando passaria o próximo Troncal 10, pois estavam alojados num hotel na Itoupava Seca. O embarço foi grande, pois a atendente não conseguia informar, não porque eles falassem alemão, mas porque não tinha essa informação na mão pra dar. Nem sequer o tradicional papel com os horários impressos.

Domingos os horários são bem escassos. Então antes de entrar nos terminais e ficar refém da catraca, quero saber quando sairá o próximo ônibus, que as vezes demora mais de hora. Muitas vezes essa é a resposta: Hoje é domingo, demora um monte. E ali ficamos esperando e esperando... Será tão difícil disponibilizar ao atendente essa informação? Tem aplicativos e internet, mas e a idosa sem celular, ou celular sem bateria, sem 3G e ou sem aplicativo, como fica?

Outro dia estava em uma grande cidade do Brasil, no caso Belo Horizonte, e vi num simples ponto de ônibus um pequeno painel que informava: Linha 505, 15 minutos; 505, 10 minutos; 505, 5 minutos; 505, se aproximando. Levantei do banco, porque ali vinha o glorioso ônibus chegando. E assim outras linhas eram informadas do seu tempo de chegada.

Existem dois pontos na Via Expressa em frente ao xóvim, bem funcionais, pois nos protegem da chuva e do sol. Mas já estamos entrando no segundo ano em que o Troncal 15 Tamarindo, começou também a passar ali e as tabelas dos horários continuam só com a informação dos horários da linha Rodoviária, que era a única que inicialmente passava ali. Ninguém lembrou de colocar a outra tabela com os horários da nova linha.

Os relógios dos terminais que determinam a saída dos ônibus, também estão desajustados e isso provoca a falta de sincronia entre as conexões.

Tecnologias como a onda verde, onde um sensor dá preferência para o ônibus na abertura do sinal verde é outra maravilha que pode ser usada por aqui. Veja o ônibus da linha 17 chegando na Ponta Aguda. Ele aguarda o sinal verde na esquina da Av. Brasil para convergir à direita e já ali poucos metros adiante, aguarda novamente o verde no cruzamento da rua Uruguai.

Quanto ao fluxo e fluidez, muito se avançou com as faixas exclusivas, mas para agilizar a linha do Troncal 10 por exemplo, ela deve ser dividida em duas. Uma entre o Terminal Garcia e o Terminal da Fonte e a outra do Terminal da Fonte ao Terminal do Aterro. Quem aguarda o Troncal 10 na Beira Rio, não deve ser penalizado por gargalos e estrangulamentos que ocorrem lá no alto da rua Amazonas. Essa quebra do Troncal 10, traria uma agilidade no fluxo e no tempo da viagem diminuiria significativamente nos horários de pico. Há dias em que a espera é de quase uma hora.

Além da agilidade, o conforto ao usuário deve ser visto com carinho para que o transporte coletivo seja uma benção e não como um castigo. O sistema deve visar primeiramente o usuário e não o lucro. Nos troncais por exemplo, piso rebaixado e ar condicionado são imprescindíveis.

Sair dos gabinetes para conhecer o sistema por dentro, na perspectiva do usuário, é um desafio. Muitas mudanças podem ser feitas com um bom comando, sem custos vultuosos ou emaranhados de editais. Queremos ver nossas autoridades e planejadores, usando este serviço como fazem na “Alemanha com passaporte”. Venham para o busão.

“

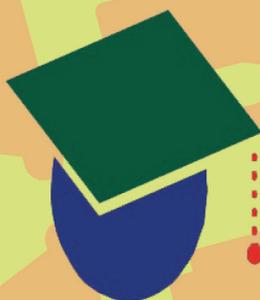
Além da agilidade, o conforto ao usuário deve ser visto com carinho para que o transporte coletivo seja uma benção e não como um castigo. O sistema deve visar primeiramente o usuário e não o lucro. Nos troncais por exemplo, piso rebaixado e ar condicionado são imprescindíveis.



VALORIZAÇÃO
DIGNIDADE
JUSTIÇA

PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS HISTÓRICAS DE 7,86% DE 2000 A 2015/16.
ISONOMIA DO ESTABELECIMENTO DO PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS.
EM DEFESA DOS DIREITOS JÁ CONQUISTADOS! NÃO À EXTINÇÃO DO ABONO PECUNÁRIO.
CORRIGIR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO INADEQUADAS, PERIGOSAS E
INSALUBRES NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.
**PELO VALE ALIMENTAÇÃO PROPORCIONAL! TODOS OS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO RECEBEM. POR QUE A FURB NÃO?!**
REGULARIZAÇÃO JÁ DA SITUAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO NA FURB
DOCENTES DE TI-40 E TEMPO PARCIAL
**EQUIPARAR AS CONDIÇÕES DAS LICENÇAS POR MOTIVO DE DOENÇA EM
PESSOAS DA FAMÍLIA..**

CAMPAHA 20
SALARIAL 16



SINSEPES

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO ENSINO SUPERIOR DE BLUMENAU.SC

O FEMINISMO COMO 'CORAGEM DA VERDADE'

É preciso lutar por espaços de debate que provoquem mudanças nas estruturas machistas que também se encontram sedimentadas nas universidades

POR CARLA FERNANDA DA SILVA

Professora do Centro de Educação da FURB, doutora em História pela UFPR <escritadesi@gmail.com >

O Feminismo sempre assumiu “o risco de dizer a verdade ao poder”, muitas vezes de morte, mas uma escolha ética, por acreditar na verdade como um modo de existência e na necessidade de falar por e para aqueles que eram oprimidos pelo poder. Realidade inegável e angustiante, cuja “força da verdade”, contida nas denúncias e reivindicações promovidas pelos movimentos feministas desde o século XIX, abala o status quo do patriarcado que muitos pretendem manter. Ao negar as limitações há séculos instituídas, as feministas transgrediram os modos de existência, ato que se faz contínuo em cada geração que transborda as margens existenciais, negando as novas definições e, a contrapelo, recriando novas existências.

Os primeiros movimentos nos trazem à reivindicação ao voto, à jornada de oito horas de trabalho, licença maternidade, entre outros direitos, e, para além da luta política e operária, tem-se também a rebeldia contra as definições de mulher impostas até então. Rótulos, estereótipos que objetivam manter uma compreensão da mulher como corpo dócil, submissa

em gestos, pensamentos e palavras. E foi por meio do franco-falar junto aos movimentos sociais, numa atitude parrésista contemporânea, que as mulheres delinearam a sua relação ética com a ‘verdade’, com a construção de novos conceitos e compreensão da condição feminina. A parrésia, a ‘coragem da verdade’, “é um tipo de atividade verbal em que o orador tem uma relação específica com a verdade através do franco-falar, uma relação com a sua própria vida através do perigo, um tipo de relação consigo mesmo ou outras pessoas através do criticismo (crítica de si ou de outros), e uma relação específica com a lei moral através da liberdade e do dever. Mais precisamente, a parrésia é uma atividade verbal em que orador exprime uma relação

pessoal com a verdade, e ele arrisca sua vida, porque ele considera que dizer a verdade é um dever para melhorar ou ajudar a vida dos outros.” O filme *As Sufragistas* (2015) aborda de maneira muito interessante o feminismo como ‘coragem da verdade’. Para além do cinema, em nossa contemporaneidade os movimentos sociais e culturais, coletivos, blogs, grupos de estudos, entre outros espaços, continuam mantendo essa relação com o franco-falar, sobre novos tempos e novas verdades, algumas nem tão novas assim.

Durante décadas os grupos de pesquisas de história das mulheres e estudos de gênero foram um importante espaço de discussão, amadurecimento e criação de teorias. No Brasil, tiveram um papel imprescindível na continuidade das discussões feministas em meio à ditadura civil-militar, em que os partidos de esquerda, os movimentos sociais e os sindicatos foram duramente reprimidos e alguns até mesmo banidos. Assim, a academia, acompanhando as discussões contraculturais e os debates em torno do feminismo das décadas 1960 e 1970, fez da Universidade um espaço que deu impulso nas discussões nas décadas seguintes. Discussões que ultrapassaram os seus muros, foram se redesenhando nos partidos políticos e movimentos sociais, e ajudaram a construir novas teorias e posicionamentos, contribuindo para o amadurecimento dos debates.

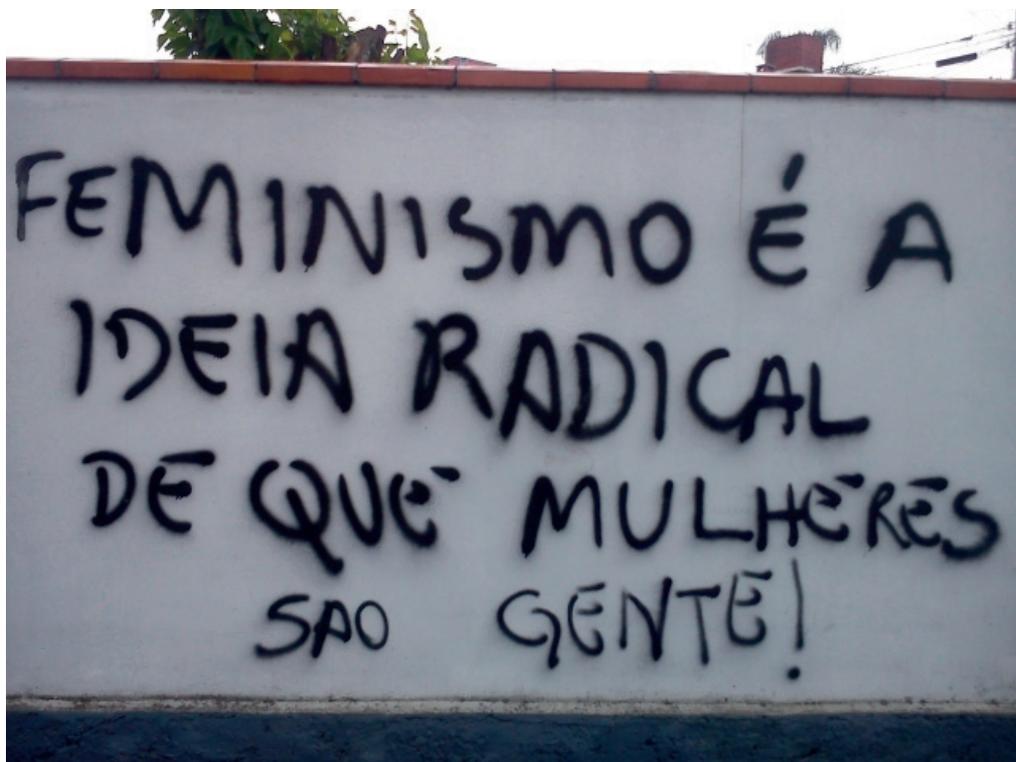
Nos últimos anos, as redes sociais têm impulsionado a formação de Coletivos virtuais, mulheres que em seu cotidiano possivelmente jamais se encontrariam e debateriam sobre a condição feminina na atualidade. Importante destacar que o espaço virtual também pode ser uma passagem, um limiar, que no sentido benjaminiano é possível enterdermos como uma área de mudança e transição, pois muitos dos grupos

logo se organizam em reuniões de estudos, manifestos, ações culturais, etc., e numa inversão, esse espaço virtual passa a se tornar um prolongamento do Coletivo.

Porém, nota-se que o virtual enquanto meio fácil de divulgação de ideias torna-se o novo espaço do dizer-verdadeiro, não menos perigoso, visto que muitas das feministas sofrem contínuas ameaças a sua integridade física. Se alguns preferem minimizar as ações surgidas a partir das redes sociais, chamando-o de ‘feminismo de facebook’, na realidade os debates oriundos nestes espaços virtuais têm conduzido os Coletivos novamente às periferias, aos partidos políticos, aos sindicatos e outras instituições; o que nos leva a refletir sobre qual seria a relação da Universidade com o atual momento do feminismo?

A Universidade como espaço de intensa relação com a sociedade também perpassa por essa ‘primavera das mulheres’, e se faz premente transformar os conceitos e teorias em ações. O ‘trabalho sobre si’ que nós mulheres temos realizado cotidianamente para criar uma ética de existência feminista, rebelde, transbordante na contínua negação das definições que querem nos impor, faz-nos exigir conviver com instituições não machistas, que acompanhem os debates atuais. Nesse sentido, é preciso lutar também por espaços de debate que provoquem mudanças nas estruturas machistas que também se encontram sedimentadas nas universidades. E, para criarmos tais espaços, será que não seria interessante formar um Coletivo de Mulheres na Universidade para discutir estas questões?

FOTO: ARQUIVO



Referências:

Introdução. LORENZINI, Daniele; REVEL, Ariane; SFORZINI, Arianna. (Org.) Michel Foucault: Éthique et Vérité (1980-1984). Paris: J. VRIN, 2013.

FOUCAULT, Michel. Discorso e verità nella Grecia antica. Roma: Donzelli, 1996. apud ADORNO, Francesco Paolo. La tâche de l'intellectuel: le modele socratique. In GROS, Frédéric. (org) Foucault: le courage de la vérité. Paris: PUF, 2012. p. 57.

BENJAMIN, Walter. Passagens. p. 535. apud BEHRENS, Roger. Seres Limiars, Tempos Limiars, Espaços Limiars. In OTTE, George. SEDLMAYER, Sabrina. CORNELSEN, Elcio. Limiars e Passagens em Walter Benjamin. BH: Ed. UFMG, 2010.

“

Nos últimos anos, as redes sociais têm impulsionado a formação de Coletivos virtuais, mulheres que em seu cotidiano possivelmente jamais se encontrariam e debateriam sobre a condição feminina na atualidade.

DEMOCRACIA E DIALEÉTICA HOJE



FOTO: ARQUIVO

POR TARCISIO WICKERT

Professor de Filosofia; membro do GPEAD; integrante da ITCP-FURB < wickert2014@outlook.com >

I INTRODUÇÃO

Democracia e dialética são temáticas que nos remetem a Grécia clássica antiga, mas que ainda hoje reclamam seus efetivos espaços em nossa sociedade. O pensamento da democracia, já em sua origem, evoca um olhar sobre “o contexto histórico e socio-político de sua época, pois tem um compromisso bastante direto e explícito com essa realidade” (MARCONDES, 1998, p.40). É necessário perceber que na Grécia todo movimento de “base institucional sólida para essa sociedade”, principia-se em Sólon, no ano de 494 a.C, tendo sua continuidade abraçada por Clístenes no ano de 507. Essa perspectiva de uma sociedade no qual as determinações políticas estão pautadas num governo democrático, remonta a Péricles e Efialtes no ano 462 a.C. Estabelecer um governo democrático tem consequências diretas e imediatas na Grécia, pois “isso representa concretamente a quebra dos privilégios da oligarquia até então dominantes e a progressiva secularização da sociedade. Uma sociedade que começa a se preocupar com seus próprios negócios sente a necessidade de harmonizar, conciliar as diferentes tendências, os diferentes interesses existentes em seu meio” (MARCONDES, 1998, p.41). O processo da dialética se constrói também em função de um debate sólido e consistente na busca de um saber construído a partir dos diferentes modos de vida e pensamentos de cada época. Remete a Zenão de Eleia (entre os Sec. VI e V a.C), Heráclito de Efeso (Sec. VI e V a.C.), Sócrates (470-469 a.C.) e Platão (428-427 a.C.) o surgimento e sistematização de um pensamento dialógico de interesse de um saber verdadeiro e universal.

II PENSAR HOJE OS PRESSUPOSTOS DIALEÉTICOS E DEMOCRÁTICOS DE ONTEM?

Vivemos numa época não iluminada pelos princípios e critérios racionais e da coerência. Parece que os seres humanos deixaram de ser racionais e razoáveis. Nesse sentido, tendemos para um subjetivismo e para uma sobrecarga de informações. Ter muitas informações não significa estar bem informado, pois muitas informações podem ser falsas, portanto, carecem, em sua maioria, de fundamentação sólida e coesa. Logo, são expressões de meras ideias vazias de conteúdos e inconsistentes. Mas aqui reside um grande risco, pois facilmente um conjunto de ideias bem articuladas na sua forma tornam-se ideologias fundamentalistas e revertem-se em posturas e práticas totalitárias. Ideias assim mobilizam multidões, desrespeitam a Constituição e destroem a base democrática de uma Nação. Porque o foco de análise é discursiva e linguística na sua forma, em seus modelos, estereótipos criados e minimamente manipulados em conformidade com determinados contextos. Quando em nossas vidas e em nossa pátria não predominar a veracidade dos fatos, mas tão somente as ideias convenientes sobre eles, estamos fatalmente destruindo nossas vidas e corrompendo gradativamente uma das bases fundamentais da República, a democracia.

Quando os discursos e práticas legais são orientados por interesses de autoproteção e propagação de ideologias autoritárias, rompe-se com outra base fundamental da República, a Constituição. Nesse sentido, quando os interesses privados não são mais conciliáveis com os interesses públicos e do povo, eles são a nefasta destruição dos interesses públicos e dos cidadãos em

geral. Isso é temerário demais, pois a grande maioria dos cidadãos não percebem o quanto destruidor é o sistema neoliberal capitalista sustentado e legitimado por ideologias e interesses privados. Diante de um panorama regido por ideologias de base privatista, dificilmente tem-se espaço para a dialética, ou seja, para tornar explícito e visível as contradições inerentes nos discursos e práticas ideológicas privatistas. Quando não há mais possibilidade de um diálogo lógico e coerente, não temos mais espaço para a democracia e nem mesmo para a solidariedade. A sociedade coloca nas suas manifestações o ódio e a violência acima do diálogo aberto, franco e coerente. Dialogar pressupõe a superação das próprias contradições, pois presume-se não a verdade, mas verdades, pontos de vistas que sejam diferentes, mas com a possibilidade de convergirem para um ponto comum, um consenso ampliado e melhorado.

Democracia é a ruptura com os princípios fundamentalistas da subjetividade que é frequentemente requerido por muitos interlocutores com a sofismática afirmação: liberdade de expressão. Numa democracia exige-se respeito e responsabilidade não apenas como forma de expressões, mas essencialmente com o conteúdo. Mas o que temos visto e ouvido é quase uma epidemia esquizofrênica se alastrando em nosso país tudo em nome da “liberdade de expressão”. Por isso, espaço democrático somente existe quando tivermos mentes, um agir e pensamentos democráticos.

Em nosso atual contexto brasileiro, onde impera a politicagem orquestrada por alguns meios de comunicação como Globo e a Veja, vemos ceifada todos os dias a democracia e na mesma proporção crescem e ressurgem os totalitarismos e as ditaduras carregadas de falácias e sofismas de “dar um jeito de acabar com a corrupção”. Nesse sentido, quem não sabe e não consegue dialogar com as contradições de nosso tempo, coloca em risco todas as verdades em detrimento da imposição de uma única verdade.

III CONSIDERAÇÕES FLUIDAS E PANTA REI (TUDO FLUI)

É de bom tom e salutar para uma boa e justa convivência entre os povos e culturas diversas, considerar que há conflitos dentro e fora de nós mesmos e como tais, devem ser mantidos e estimulados, (não a violência de qualquer natureza), pois são eles a base de toda existência humana, da dialética e dos espaços nobres da política. Por outro lado, se pressupomos que queremos, devemos e podemos dizer tudo em nome do direito de liberdade de expressão, tornamos inviável a existência do diálogo, da dialética e, principalmente, exterminamos de modo truculento e violento a própria democracia. Além disso, não há mais possibilidade de comunicabilidade entre os próprios seres humanos.

Isso mostra que se quisermos manter saudavelmente a dignidade dos seres nesse planeta, a dialética como instrumento de construção de saberes e resolução de conflitos como base estrutural da democracia, nós não podemos dizer o que quisermos em nome do direito da liberdade de expressão. Devemos sempre cuidar o que falamos, pois a fala pode tanto produzir vida, como também ser geradora de ódios e de mortes. Portanto, devemos falar e nos manifestar, mas tendo como base o respeito e a veracidade dos conteúdos elucidados em nossas falas.

EM BENEFÍCIO DA PESQUISA

Processo de digitalização dos jornais da biblioteca da FURB entra em fase final. Recortes de 1984 até hoje passam pela mudança iniciada há cerca de dez anos. Trabalho deve ser concluído em maio

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Recortes de jornais brasileiros de 1984 até hoje, selecionados pelo setor de Periódicos, deixam aos poucos de ocupar o arquivo físico da Biblioteca da FURB. O processo de digitalização dos materiais, iniciado há cerca de dez anos, entra em fase final. A previsão é de que até final do mês de maio todos os recortes estejam disponíveis online.

Os fragmentos físicos amarelados de jornais antigos estavam guardados em 12 arquivos de aço com quatro gavetas cada, no segundo piso do prédio. Eram mais de 100 mil recortes. Além do ganho com o espaço físico, o processo garante benefícios na acessibilidade, à medida que possibilita o acesso de qualquer pessoa ao material (em PDF), pelo site da Biblioteca.

“Sobrou 10% do que tínhamos selecionado. Mantivemos apenas o que realmente tem grande relevância histórica, científica ou com enfoque local”, afirma, Maurício Milbratz, 48, ao reconhecer que inicialmente tinha ressalvas à digitalização por temer o volume de trabalho.

Na Biblioteca Central da FURB desde 1992, Milbratz acompanhou todo o processo desde a implantação da digitalização na biblioteca, em 2003. Testemunhou mudanças significativas no espaço. Enquanto os recortes de jornais eram mantidos fisicamente, a preocupação era atender aos alunos do Ensino Médio e Ensino Básico em busca de pesquisas extraclasse, além do público uni-

versitário e da comunidade em geral. Nos anos 1990, o acesso à internet ainda não era facilitado como hoje, o que exigia do aluno pesquisas à biblioteca com mais frequência. Com a digitalização das matérias antigas, a seleção dos trechos de jornais passou a se voltar com ênfase ao conteúdo de longa duração.

O serviço de seleção de textos de jornais, hoje reduzido aos três principais jornais de circulação no Estado (Jornal de Santa Catarina, Diário Catarinense e A Notícia), chegou a incluir a cobertura nacional e internacional até 2007. No auge, nos anos 1990, o serviço chegou a ter como base vários outros jornais, como Valor Econômico, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Gazeta do Povo, Tribuna da Imprensa, Zero Hora, Correio do Povo, O Estado. Incluía ainda o jornal estrangeiro Expresso, de Lisboa, com ampla cobertura da política europeia. A crise enfrentada pela FURB ano passado fez com que não se renovasse a assinatura de jornais de circulação nacional como a O Estado de S. Paulo e o Valor Econômico e se cortasse a assinatura da Folha de S. Paulo.

ASSINATURAS DE JORNAIS NACIONAIS SERÁ EM FORMATO DIGITAL

A assinatura digital dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo deve ser anunciada ainda em abril, segundo a Direção da Biblioteca. A ideia é disponibilizar um computador para o acesso destes jornais. No entanto, não há assinatura física de jornal de circulação nacional desde o segundo semestre de 2015.

Com experiência de 30 anos na biblioteca da FURB, Solange Garcia é testemunha desta mudança. A assistente administrativa lamenta que a assinatura física de jornais tenha tornado-se restrita a periódicos catarinenses. Na avaliação dela, a situação é reflexo também da falta de reação de professores e alunos.

“O problema é a convivência. Se eles reclamassem, acredito que a própria administração tomaria uma posição em relação a isso. Mas há uma acomodação. E isso faz com que se perca a identidade da própria biblioteca”, lamenta.

Separado por 64 áreas, como Comunicação Social, Arte, História e Ciências Exatas, os textos selecionados de jornais seguem critérios como relevância e interesse histórico/científico. O processo de digitalização de todo o material se concentra neste momento nas áreas da História e Literatura. Antes do processo digital, cada material recebia um código de localização e era arquivado em pastas. Milbratz tem preocupação histórica com o que as gerações futuras vão acessar na plataforma jornal impresso. Por isso, o critério de seleção dos materiais está ligado ao conteúdo de longa permanência.

Graduado em Ciências Sociais na FURB, lembra que sempre houve quem considerasse o serviço de recortes de jornais de pouca importância. Em vários momentos, pensou-se em encerrar a atividade. Por outro lado, sempre houve quem desse respaldo e apoio ao serviço oferecido na biblioteca desde final da década de 1980. “Esta é a minha contribuição aos futuros pesquisadores e usuários da biblioteca”, finaliza Milbratz. - SEQUE -

FOTO: MAGALI MOSER



“

Sobrou 10% do que tínhamos selecionado. Mantivemos apenas o que realmente tem grande relevância histórica, científica ou com enfoque local

FUNCIONÁRIOS VALORIZAM O SERVIÇO

Há 28 anos na Biblioteca Central da FURB, Pedro Carlos Garcia de Freitas, 47, começou como bolsista na Universidade. Em 1990, foi deslocado para o setor de Periódicos.

“Hoje esse espaço (o setor de Periódicos) se tornou um local para estudar porque as pessoas se limitam à pesquisa pela internet. A maioria das pessoas não usa o local para acessar ao acervo. Preferem pesquisar no Google a usar a nossa base de dados científicos, muitas vezes”, acredita o assistente administrativo da biblioteca.

Para Freitas, o setor de Periódicos não pode ser considerado de “menor valor” no ambiente da biblioteca. Ele alerta com preocupação sobre a cultura de que vê com entusiasmo a ideia de que todas as informações estariam disponíveis na biblioteca.

“A gente aqui na Biblioteca tem um baú guardado com relíquias físicas que muitas vezes o aluno não sabe, não aproveita.

Só vai saber se começar a perguntar, se questionar”, defende.

Evanilde Maria Moser acumula a experiência de 30 anos na biblioteca. Desde 1989 ela está no setor de Periódicos. Mesmo entusiasta das novas tecnologias e reconhecendo a importância delas para a pesquisa, ela defende a necessidade de se valorizar o setor e o serviço:

“Talvez hoje os recortes de jornais não tenham mais aquele glamour todo como no passado. Mas tem coisas que as pessoas só encontram ali”, enfatiza.

Hoje, são quatro funcionários no setor de Periódicos da biblioteca, mas o espaço já contou com seis trabalhadores, incluindo bolsistas. Estudantes são a maioria entre o público do setor. Mas a comunidade externa também procura o espaço em busca de revistas, jornais, boletins. O setor está localizado no segundo piso da biblioteca central da FURB.

NÃO ESTÁ TUDO NA INTERNET

Poucos contestam a revolução que a internet promoveu e continua promovendo, especialmente na democratização da informação e na potencialização da organização de movimentos sociais e manifestações populares. Por outro lado, esta mesma teia virtual que tornou obsoletos cataparcios e os volumes das enciclopédias que preenchiam prateleiras inteiras das nossas bibliotecas, deu voz e tribuna a toda sorte de ruídos até então reservados ao privado ou aos mimeógrafos e panfletos colados aos postes. Se, por um lado, tudo pode estar na internet, para o gáudio dos esqueletos enciclopedistas ou para o gozo dos amantes da utopia de Borges e sua biblioteca universal; por outro, nada pode estar realmente acessível. A sensação, muitas vezes, é como a de pescar em alto mar com as mãos nuas. Os peixes estão lá, em incalculável soma, difícil é capturar um entre os dedos.

Se Raul Seixas, naquele distante ano de 1976, cantava – com o Diabo (ops..., mago) lhe dando os toques – olhando para os livros na estante, que nada lhe diziam de importante e servindo apenas a quem não sabia ler, hoje podemos entoar o hino dos desinformados (ou dos fanáticos aloprados) olhando para as páginas luminosas da grande utopia pós-moderna, que geralmente nada dizem de importante. Por maiores que sejam os esforços do big brother Google para aperfeiçoar seus algoritmos de busca, muitas vezes encontrar uma publicação específica e relevante significa empreender verdadeiro exercício de arqueologia, exigindo-nos tempo, paciência e persistência. Isto quando não nos deparamos com conteúdos removidos, páginas bloqueadas e sites que cobram pelo acesso ao conteúdo que disponibilizam. Afinal, a internet é líquida e incerta. O que agora está livre, no instante seguinte pode não estar mais. Aquilo que ontem existia, hoje pode ter virado “apagamento”. É a revolução dos bichos narrada em tempo real.

Excesso de informação e dificuldade de acessar aquilo que efetivamente se deseja, necessidade de conservação da informação produzida e limitação física para seu armazenamento. Nunca antes na história da humanidade se produziu tanta memória, nunca antes esquecemos tanto. Um problema antigo que há muito incomoda bibliotecários e arquivologistas: o que guardar e onde guardar? Microfilmar ou digitalizar? Descartar ou relegar aos infinitos dos arquivos mortos, verdadeiras catacumbas do impresso? Se para o livro, este objeto de culto, a questão já assume proporções dramáticas, quando falamos dos jornais o problema toma dimensões surreais.

Há quem ainda se lembre dos tempos em que a biblioteca da FURB procurava guardar os exemplares dos jornais que assinava. Priorizava, claro, os locais e os diários oficiais. Tarefa insana, logo se viu. Os diários oficiais, entretanto, ainda estão lá, repousados na catacumba. Os demais foram sendo descartados, mas não sem antes passarem por uma espécie de curadoria, na qual o conteúdo considerado de maior relevância e interesse para as atividades desenvolvidas na universidade eram preservados. Nascia a tal seção de recortes de jornais, que funcionava em anexo à seção de periódicos. Um riquíssimo acervo que muito serviu a estudantes, professores e pesquisadores da comunidade, interessados em informações contemporâneas selecionadas com critério e catalogadas segundo as normas da biblioteconomia.

O trabalho sempre contou com uma equipe interdisciplinar, da qual eu mesmo fiz parte quando ingressei como servidor da instituição. Na batuta, o incansável Maurício Milbratz, cientista social de grande capacidade intelectual e vasta experiência, o único a permanecer no serviço de recortes desde a sua criação até o presente momento.

Com a popularização da internet, este imenso acervo de recortes de jornais passou a ser digitalizado e disponibilizado virtualmente no formato PDF junto ao site da biblioteca. Milhares de artigos, reportagens, cadernos especiais e balanços econômicos publicados por diferentes jornais, locais ou nacionais, alguns deles já extintos, como é o caso da Gazeta Mercantil, de São Paulo, e da Folha da História, de Porto Alegre, estão disponíveis para leitura e compartilhamento graças ao serviço de recortes de jornais instituído na FURB.

Hoje, há quem questione a pertinência deste acervo e a continuidade do trabalho. “Está tudo na internet”, dizem. Entretanto, o argumento não é totalmente verdadeiro. Nem tudo está disponibilizado livremente na internet, e aquilo que está disponibilizado, nem sempre pode ser encontrado e acessado facilmente, principalmente quando se trata de pesquisas relacionadas ao Vale do Itajaí, onde os meios de comunicação impressos são bastantes instáveis e pouco comprometidos com a construção de uma memória no território. Difícil encontrar um pesquisador da história, da sociedade ou das manifestações artísticas da região que não tenha acessado em algum momento a seção de recortes de jornais da biblioteca da FURB.

O acervo de recortes construído ao longo dos anos é importante não só pela quantidade e variedade de conteúdos que disponibiliza, mas principalmente porque a curadoria dos materiais acontece algum tempo depois da sua publicação, de modo que os recortes disponibilizados resultam de uma seleção dos conteúdos mais pertinentes e persistentes com vistas nas atividades de ensino e pesquisa da FURB, excluindo-se os tais “ruídos” da mídia, o que facilita em muito o trabalho do pesquisador, poupando-lhe tempo e oferecendo-lhe um conteúdo de qualidade.

A urgência dos novos tempos, a utopia de uma biblioteca universal virtual e as próprias transformações pelas quais passam os jornais impressos, fizeram com que a universidade deixasse de investir na seção de recortes. Hoje, persiste o Maurício Milbratz digitalizando as últimas pastas físicas dos arquivos e os veículos de comunicação do Vale do Itajaí esvaziando-se em conteúdo e identidade. Uma pena, nossa memória disputará com os ruídos as lembranças que não sobreviverão impressas e acessíveis. Que pelo menos a biblioteca da FURB possa preservar o acervo que construiu ao longo dos anos.



FOTO: JANDYR NASCIMENTO

A DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES NO VALE

TABELA 1

Número de vezes de renda que os mais ricos possuem em relação aos mais pobres, em 2010

Vitor Meireles	14,72	Apiúna	7,34	Nova Trento	5,67
Timbó	10,60	Indaial	7,05	Guabiruba	5,65
Blumenau	10,27	Pomerode	6,94	Doutor Pedrinho	5,60
Rio do Sul	9,64	Rio dos Cedros	6,59	Botuverá	4,10
Rodeio	8,57	Gaspar	6,40	Vale Europeu	7,59
Ituporanga	8,48	Ibirama	6,38	Santa Catarina	9,76
Presidente Getúlio	7,92	Benedito Novo	6,18	Sul do Brasil	11,01
Brusque	7,51	Agrolândia	6,16	Brasil	14,42

Fonte: Elaboração própria com dados retirados Atlas Brasil.

Uma análise sobre os números e estatísticas socioeconômicas da região conhecida como Vale Europeu

POR BRUNO THIAGO TOMIO

Professor do Departamento de Economia da FURB <bttomio@furb.br>

“Imagine um lugar onde a distância entre pobres e ricos seja realmente muito pequena.” Esta frase fez parte de um programa televisivo que abordou as qualidades socioeconômicas e naturais da região turística intitulada de Vale Europeu. Porém, essa afirmação supracitada decorre provavelmente do mau uso de dados estatísticos.

O índice de Gini (escala de zero a um) é muito utilizado para estudar a desigualdade de renda. Por exemplo, Santa Catarina possui um índice igual a 0,49 (menor do Brasil). Mas o que isso nos diz sobre a distância entre os mais pobres e ricos daqui? Nada, só nos diz que temos uma renda melhor distribuída do que outros estados.

Para lidar com esse problema, José Gabriel Palma desenvolveu uma nova forma de analisar a desigualdade de

renda, atenuando o viés do Gini. Ao investigar a fundo a distribuição de renda por decis, ele verificou que há uma estabilidade na “classe média” (as pessoas que estão entre os decis 50 e 90 de renda da sociedade). Logo, a desigualdade de renda de uma sociedade decorre de movimentos nas pontas (os 10% mais ricos e os 40% mais pobres). Isso leva o índice de Palma a transparecer as informações escondidas dentro do índice de Gini.

No Vale Europeu, em 2010 (ver Tabela), o índice de Palma aponta que os mais ricos ganham 7,59 vezes mais que os mais pobres. Esse número fica abaixo da média de Santa Catarina, da região Sul e do Brasil. Contudo, é uma falácia dizer que aqui a diferença seja “realmente muito pequena”, pois ela ainda é relativamente grande.

OS VENTOS (IN) VISÍVEIS DAS INCERTEZAS E CERTEZAS

POR ROBERTO DINIZ SAUT

Professor do Professor de Direito/FURB < igca@furb.br >

O momento brasileiro de crise, no âmbito da compressão política, acompanhado de impasses econômicos e leituras éticas, e, transparecendo nas linguagens discursivas de rua, virtuais, midiáticas, intragovernamentais e internacionais, com reflexo em interesses globais, parece ser uma orquestra de interpretações das pautas constitucionais, em que cada ator expressa sua visão, ora sob vento da paixão, ora sob vento do ódio, ora sob vento de direitos fundamentais, ora sob incertezas e certezas a soprarem, de forma invisível e ou visível, interesses do novo nas estruturas transformadoras ou não da Nação.

Neste momento histórico brasileiro, cuja caminhada de sua antecedência pode ter sido escrita, em tese, sob patrimonialismos, nepotismos, burocracias sufocantes, autoritarismos, clientelismos, no corpo estrutural estatal, a pluralidade das forças vivas comunitárias parece emergir com gritos legítimos de guerra contra a corrupção instalada em redes articuladas do antidireito público e privado. Neste particular todos temos consciência que é dever da Nação buscar no acesso à Justiça as decisões próprias do Poder Judiciário, para o equilíbrio ético do freio e do contrapeso entre os Poderes instituídos, com leituras também nas relações horizontais de poderes privados nacionais e internacionais, para a democratização do Estado Democrático de Direito.

Nesta perspectiva do tempo atual e nos espaços, em suas diversidades de compreensão do fenômeno histórico da corrupção generalizada e habitual, ninguém é a favor da corrupção, pois todos queremos ler e inserir na administração pública/privada as páginas da ética social, da transparência política, da sustentabilidade estrutural, da solidariedade econômica e da compreensão alterativa e cultural.

Entretanto, neste agora desejo coletivizado do combate à corrupção, pode estar acontecendo no Estado brasileiro, ao longe da observação ao crédito dos princípios e das regras constitucionais, fenômeno de leituras que circulam entre paixão e ódio, posição e oposição, governo e movimento de rua, com traços de certa comoção ideológico-persuasiva, desde discursos político-ideológicos, discursos jurídico-políticos, discursos de relação meio-fins.

Em contraposição às infinitas informações, parecem, estas inerentes à cultura da modernidade líquida Zygmunt Bauman, entre outros, cruzam as redes sociais leituras que, sem apego ao emocional e sem desconectar a luta contra a corrupção, demonstram reflexões que alertam para que em todos os canais de acesso à Justiça, desde a Lava-Jato até o Impeachment, entre outras investigações, haja a segurança universal jurídica e a certeza de que Direitos Fundamentais estejam observados no núcleo do Direito e não no antidireito.

Então que eixos constitucionais e infraconstitucionais de “presunção de inocência”, “prisão com trâmite em julgado”, “devido processo legal”, “contraditório”, “ampla e irrestrita defesa”, “segurança jurídica”, “direitos e garantias fundamentais”, “legitimidade e procedimentos legais”, não podem, em nome de múltiplas pressões e de múltiplas informações em cascatas de segundos, de minutos e sequências constantes; em nome da democracia apenas contra a corrupção, ser compreendidos, na aplicação da lei, como compreensões relativizadas as pressões conta a corrupção, no sentido, por exemplo, da certeza desejada pelo direito penal máximo, no dizer garantista em Luigi Ferrajoli, em que todos os culpados configurem culpados, mas à custa da incerteza de que possa ver possíveis inocentes a serem punidos.

Houve em determinado momento nos blocos operacionais da Lava-Jato, a quebra do sigilo telefônico do Ex-Presidente da República e suas circunstâncias palavras de senso comum, por instância judicial, que veio deflagrar mil leituras de informações, impaciências, contradições, pronunciamentos e discursos nas ruas e nas instituições. Em leitura, no centro orgânico-virtual dos movimentos contra a corrupção, mas também com discursos de impeachment, prisão do Ex-Presidente entre outras vontades expressas, essa quebra de sigilo parece ser normal na “guerra de todos contra todos” hobbesiana, e como espécie de consenso entre a rua pública das manifestações e a máxima e célere resposta judicial ao momento. Entretanto, talvez é necessário ouvir alguma voz do Supremo Tribunal Federal quando pergunta se não pode estar ocorrendo em instância primeira algum exagero, que possa estar rompendo com direitos fundamentais garantidos na vida do cotidiano, e, por estar motivando não a racionalidade do direito ao melhor direito, mas o emotivo da subjetividade, quebrando garantias constitucionais.

A dialética desse processo de investigações parece dever ir ao objetivo de sínteses superadoras e para um novo existir ético-político-econômico-cultural-social de democracia com transformação, mas não pode atropelar a significação do Estado Democrático de Direito. Esse processo deve, talvez, compreender que o todo social pode ser maioria e minoria em seus diálogos para mudanças estruturais ao bem comum, sem ditaduras da maioria, e da minoria, mormente no também respeito constitucional ao acesso à Justiça, no seu amplo sentido.

No caso Impeachment, mesmo previsto constitucionalmente, sua racionalidade formal de segurança jurídica, sobre seu rito constitucional, não pode ir à irracionalidade da certeza/incerteza, como dúvidas na direção de crime de responsabilidade fiscal apenas sob o impacto de crise política, com consequências econômicas, quando as paixões afloram com discursos de frases de impacto midiático e ideológico, mas deverá ter a certeza do mínimo penal de que inocentes não sejam julgados culpados, ou seja, com objeto determinado, tipificado e crime de responsabilidade. Nesse sentido, na perspectiva garantista de Ferrajoli, a certeza perseguida pelo direito penal máximo pode estar na dimensão de que nenhum culpado venha a ser impune, porem à custa do contraponto da incerteza de que é possível que inocente possa ser punido, principalmente se o peso e a medida for de estratégias de derrubar crises políticas e econômicas com atos de Impeachment, sem a profundidade estrutural de propostas transformadoras, mas apenas de troca de poder momentâneo para satisfação da sociedade no âmbito de um utilitarismo emergente.

Surgem, entre as infinitas informações que se cruzam no mar das dúvidas, no mar dos procedimentos, dos movimentos de contestação, no mar da corrupção, este que é o eixo base que todos queremos, a ser energeticamente combatido, a dúvida se pode estar acontecendo tentativa de desmanche da Lava-Jato. A pergunta, talvez, possa ir na direção ampla do porquê sobre ainda a não tentaculação de investimento contra a corrupção nos níveis federativos dos estados e dos municípios. Nessa perspectiva é preciso circunstanciar que quaisquer que sejam as investigações para certezas sobre incertezas de corrupção, que é hora de as forças vivas da sociedade civil e as forças conscientes da sociedade política vivenciarem uma profunda discussão sobre a cidadania brasileira. Esse debate aprofundado nacional pode revelar clareza sobre interesses neoliberais e desmobilizar o conceito de Estado Democrático de Direito para um Estado brasileiro mínimo de Direito, em que a força do mercado determine situações e desmanche não da Lava-Jato, mas da Petrobras, do FIES, das Universidades Públicas, do SUS, do SUAS, e outros planos de transformação social.

Será que é a corrupção que está em crise ou está em crise a visão político-partidária sobre o Estado Democrático de Direito? Estado este assim declarado na constituinte, pelos movimentos sociais, por propostas constitucionais de emancipação, envolvendo o grito da sociedade vitimizada pela miséria e pela pobreza sem seus direitos de uma vida com dignidade humana. Não será a efetividade deste Estado que está em crise? Será que é a corrupção que está em crise ou apenas ela é objeto pontual de atenção para que sejamos Estado Mínimo de geração apenas de direitos de liberdade e civis? Será que é a corrupção que está em crise ou está em crise quem não quer ouvir falar em políticas estatais efetivas de transformação?

Se o acordar da sociedade para a discussão nacional aprofundada ao acesso à Justiça, contra a corrupção, passar a ser um debate da diversidade para uma nação autodeterminada em sua emancipação seja econômica, seja social, cultural, seja política, na sua relação global, sem ventos internos e externos de agressão aos direitos fundamentais tradicionais, podemos estar próximos ao novo direito, sem as incertezas provocadas pela corrupção sistêmica.

“

Será que é a corrupção que está em crise ou está em crise a visão político-partidária sobre o Estado Democrático de Direito? Estado este assim declarado na constituinte, pelos movimentos sociais, por propostas constitucionais de emancipação, envolvendo o grito da sociedade vitimizada pela miséria e pela pobreza sem seus direitos de uma vida com dignidade humana.



FOTO: JANDYR NASCIMENTO

TERRITÓRIOS DE **DESIGUALDADES** E EXCLUSÃO SOCIAL EM BLUMENAU

Há uma divisão da cidade, entre duas realidades distintas. De um lado a cidade provida de todos os benefícios dos avanços da tecnologia, das estruturas urbanas. E, de outro, uma pobreza cuja restrição de acesso à todos estes bens e às oportunidades decorrentes destes acessos, causam uma situação de grande fragilidade, tanto ambiental, como social, e cultural.

POR MARIA ROSELI ROSSI AVILA; CLEIDE GESSELE E JACQUELINE SAMAGAIA

Doutoranda no curso de Desenvolvimento Regional/ FURB

Doutora em Serviço Social/UFSC. Professora do curso de Serviço Social da FURB

Doutora em Geografia. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia/UFBA

Sob o título acima, realizamos uma pesquisa em Blumenau, no ano de 2012/2013 dando sequência à outros estudos voltados para a realidade das áreas de concentração de pobreza existentes na cidade. Estas áreas são, em sua grande maioria, caracterizadas como áreas de ocupação irregular e de risco. A proposta deste estudo foi analisar a situação socioespacial da pobreza em Blumenau. Objetivou-se construir um conjunto de conhecimentos analisando características relativas à situação social, histórica e ambiental destas ocupações e seu impacto no conjunto da cidade. Para tanto, levantamos dados sobre a situação de vulnerabilidade social dos moradores dessas áreas, e buscamos identificar o atendimento do Estado sobre as mesmas. Escolhemos a região Sul da cidade em função da existência de grande número de áreas em condição de pobreza e por ser a mais vulnerável aos desastres socioambientais.

A partir de estudos anteriores (SAMAGAIA, 2010; PMHIS, 2012) já sabíamos que a região Sul comportava 13 localidades tidas como áreas de concentração de pobreza, e em situação de grande precariedade urbana e ambiental. Trata-se de áreas cujos moradores encontram-se isolados territorialmente, sem acesso às riquezas e benfeitorias produzidas no processo de urbanização. Deste modo, sem acesso ao ambiente urbanizado.

Segundo Koga e Alves (2010, p. 74) “esta população excluída da regularidade produziu a ‘cidade fora da cidade’”. Ou seja, são excluídos socialmente da “cidade”. Nestes territórios de grande vulnerabilidade social podemos observar, conforme demarcam as autoras, falando de tantas outras realidades das cidades brasileiras, “os limites de mobilidade, quando o cidadão não consegue nem circular no seu território e nem no território chamado ‘cidade’”. Deste modo, constatamos uma divisão, uma cisão mesmo da cidade, entre duas realidades distintas. De um lado a cida-

de provida de todos os benefícios dos avanços da tecnologia, das estruturas urbanas mais enriquecidas em termos de equipamentos de saúde, lazer, transporte, educação, etc. E, de outro, uma pobreza cuja restrição de acesso à todos estes bens e às oportunidades decorrentes destes acessos, causam uma situação de grande fragilidade, tanto ambiental, como social e cultural.

São áreas em que o Estado marca pouco sua presença, e, quando o faz, é geralmente por meio dos aparelhos coercitivos, tentando garantir o controle desta população, vista muitas vezes como uma ameaça ao restante da cidade. A intervenção do Estado também é marcante nos momentos dos socorros prestados em função dos constantes desastres socioambientais.

A situação de vulnerabilidade social dos moradores das áreas de pobreza em Blumenau é acentuada pelo risco à que a população está exposta por residir em áreas sujeitas a desastres e de grande risco geológico. Os problemas são intensificados pelos processos de riscos que essa ocupação gera.

Já as situações de pobreza se constituem em aspecto fundamental para a análise das vulnerabilidades das quais estamos falando. Os efeitos das novas formas de organização da produção à nível mundial, marcadas sobretudo pelas mudanças geográficas das empresas, pelo rebaixamento do valor do trabalho e pelas amplas formas de precarização vividas, incidem sobre as condições mais gerais das famílias, que passam a conviver com inúmeras fragilidades.

Blumenau não foge à esta realidade. Embora alguns índices, como a produção de riqueza da cidade (PIB) e o acesso à educação formal, sejam elevados em relação à maioria dos municípios existentes no país, isso não quer dizer, por exemplo, que esta riqueza produzida localmente seja razoavelmente distribuída por seus moradores garantindo níveis altos de qualidade de vida para todos. Também não temos a

mesma qualidade de ensino nos diferentes territórios que fazem parte da cidade. Nas periferias semiurbanizadas, encontramos, ao longo dos estudos realizados nos últimos anos, uma realidade muito diferente do que aquela que compõe o discurso oficial sobre a cidade. As comunidades que abordamos nesta parte da pesquisa, que compõem a região Sul, foram 11 (Rua Pedro Krauss Sênior, Morro da Garuva, localidade ocupada pelo Movimento dos Atingidos pelo Desastre de 2008 (MAD), Rua Araranguá, Vila Iná, Rua Oscar Buerger, Zendron, Cidade de Gramado, Morro do Arthur, Morro do Wigand Wild, Morro do Jerônimo Corrêa). Ao todo 3.376 famílias residem nestas áreas. Dessas famílias, grande parte vive em situação precária de moradia e infraestrutura básica.

Estas comunidades, através das Associações de Moradores, possuem várias reivindicações: asfalto, calçamento, creche, estradas, conter novas ocupações, tubulação e sistema de esgoto, áreas de esporte e lazer. Mas, uma das maiores lutas tem sido a regularização fundiária. Das áreas estudadas apenas quatro são consideradas ZEIS (Garuva, Morro do Artur, Jerônimo, Wigand Wild).

No município a necessidade habitacional é histórica. Conforme dados do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) – Leitura Técnica (2012, p. 34), no ano de 2000 o déficit habitacional básico absoluto do município era de 5.288 moradias. Em 2012, com a finalização do PMHIS e conforme informações contidas no mesmo, “no total foram identificadas 11.337 unidades habitacionais nos assentamentos precários” (2012b, p. 42), e o déficit habitacional do município foi considerado em 10.874 moradias (2012b, p. 72).

Tais territórios, em termos de atenção do Estado ou da presença de equipamentos urbanos, mais parecem “terra de ninguém”, como apontamos no relatório final da pesquisa. Na maioria das comunidades estudadas, só se percebe a presença do Estado pela existência de alguns equipamentos e serviços como as Unidades de Estratégia da Saúde da Família (UESF), Escolas, Centros de Educação Infantil; presença de calçamento ou asfalto em algumas ruas e os serviços de água e esgoto. Mas, a precariedade do atendimento e da manutenção e a ausência das políticas públicas, é bastante visível. Se entendermos o objetivo das Políticas Sociais Públicas como o de permitir “aos cidadãos

acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros”, na efetivação “de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado” (YAZBEK, 2005 p. 6), percebemos a fragilidade de sua realização nestes locais.

Levando-se em conta a falta da presença do estado, a população busca ela própria resolver seus problemas. No que se refere à moradia, por exemplo, conforme depoimentos coletados nas entrevistas, após o desastre de 2008, um deles diz que: “o pessoal saiu das casas que morava. Mas voltou tudo. [...] Teve gente que vendeu terreno, voltou, construiu e morou assim. Eu mesmo saí e agora construí casa nova” (Sr. Sebastião - morador do Morro do Arthur).

Outro morador das áreas abordadas se pronunciou da seguinte forma: “Algumas pessoas destruíram as casas e construíram de novo. [...] “e todo mundo desses que saíram, deram um jeito porque não tinha direito para conseguir uma outra casa” (Manoel - Vila Iná).

Diante de situações assim, geralmente os técnicos dos serviços públicos e outras vozes de autoridades locais aparecem com

[...] um tipo de argumento que responsabiliza o morador, na medida em que este executa as obras sem orientação adequada, ocupa áreas de proteção ambiental, utiliza materiais não apropriados e outras práticas recorrentes. O discurso aqui se inverte. Da condição de não-assistido, o morador passa à condição de culpado. Nesse caso, os fatores de risco estariam relacionados à falta de educação dos moradores, como se houvesse uma falha na formação moral das pessoas atendidas. Nesse caso, os técnicos assumem uma posição de que os moradores carecem de informação, de educação e, assim, propõem que eles sejam educados e esclarecidos (VARGAS, 2006, p. 62).

Esta percepção equivocada, que culpabiliza o morador das áreas ao invés da estrutura social que produz pobreza e da ausência de políticas públicas eficientes por parte do Estado, como preconiza nossa Carta Constitucional, pro-

duz mais tensão e dificulta o enfrentamento de tais situações.

A infraestrutura básica é precária nessas áreas. Em todas as comunidades a água é proveniente da rede pública, mas muitas famílias ainda usam água de nascentes do alto dos morros (cuja qualidade é duvidosa). A eletricidade também é da rede pública, mas em algumas comunidades ainda constatamos o uso de “gato” ou “rabicho”. Já a rede pública de coleta de esgoto é inexistente. O que se verifica é o esgoto sendo despejado diretamente nos ribeirões ou correndo pelas ruas. Situação que foi confirmada pelos representantes das unidades de saúde locais que foram abordados nas entrevistas. No que tange à Assistência Social somente duas das comunidades pesquisadas acessam os serviços do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Nas outras, os moradores precisam se deslocar até a sede principal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMUDES) para serem atendidos por esta política pública. Já no quesito Educação, os relatos são de que as comunidades possuem Escolas e Centros de Educação Infantil, mas que a demanda por creche é alta em todas elas. Quatro comunidades não possuem a Escola em seu território sendo que as crianças deslocam-se para outras localidades para estudar.

As áreas destinadas ao lazer são quase inexistentes nas comunidades, sendo que os mais prejudicados são os jovens, as crianças e os adolescentes. No Morro do Artur, conforme depoimento de um morador, a única área de lazer é “o campinho de futebol onde o pessoal se encontra. Final de semana é cheio, vai todo mundo lá!” mas, completa o morador: “Não, não acho que seja adequado” (SEBASTIÃO - Morro do Artur). Percebe-se visivelmente a inadequação destas estruturas, bastante precarizadas. Todas as comunidades reclamaram a ausência de áreas de lazer.

Em relação a estas áreas podemos considerar também que, entre as maiores problemáticas verificadas nos locais e/ou trazidas pelos moradores, se confirmam as situações de vulnerabilidade socioambiental em que as famílias se encontram, tais quais: moradias em encostas de morros e locais considerados ilegais ou impróprios para moradias.

Este panorama encontrado na região Sul se reproduz nas outras regiões da cidade, em torno de 55 localidades com características parecidas, as quais foram identificadas na construção do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, em 2012. É preciso que estejamos atentos à esta realidade no sentido de integrá-las de algum modo à cidade, possibilitando aos seus moradores os acessos necessários à riqueza produzida em Blumenau. Os caminhos são os mais diversos para que isso ocorra: a organização dos moradores exigindo da administração pública as respostas necessárias para suas demandas; e a construção de políticas públicas eficientes que possam atuar nestas áreas no sentido de modificar esta realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Maria Roseli Rossi; SAMAGAIA, Jacqueline. Reconhecimento e caracterização das áreas de concentração de pobreza em Blumenau/SC. Relatório Final de Pesquisa/FUMDES/Art. 171. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Programa de Extensão Assessoria e Capacitação Comunitária. Blumenau, 2013. Não publicado.

BLUMENAU. Lei Ordinária nº 7208 de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os critérios para a delimitação das zonas de especial interesse social (ZEIS) e cria o Plano Habitacional de Interesse Social. Prefeitura Municipal de Blumenau. Boletim Oficial N. 1412, p. 1. Blumenau, 2007.

KOGA, Dirce. ALVES, Vanice Aparecida. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

PMHIS. Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Blumenau, SC. Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Prefeitura Municipal de Blumenau. Blumenau. 2012a. 103 p.

_____. Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional: Inserção Regional e Caracterização Municipal. In: Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – Leitura Técnica. Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Prefeitura Municipal de Blumenau. Blumenau. 2012b. 302 p.

SAMAGAIA, Jacqueline. Globalização e Cidade: Reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC. Florianópolis. 2010a. 263 p.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. A construção social da moradia de risco. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 8, N. 1 / MAIO. 2006. p. 59-78.

YASBEK, M. C. Estado e Políticas Sociais. Revista Praia Vermelha. 18. ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

“

A infraestrutura básica é precária nessas áreas. Em todas as comunidades a água é proveniente da rede pública, mas muitas famílias ainda usam água de nascentes do alto dos morros (cuja qualidade é duvidosa). A eletricidade também é da rede pública, mas, em algumas comunidades ainda se percebe o uso de “gato” ou “rabicho”.



CURTAS

ABERTO PRAZO PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS NO SEDRES

Até o dia 30 de abril está aberto o prazo para a submissão de trabalhos para 3º SEDRES (Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade), que tem como tema "A Questão Regional, uma Questão (de) Política". O seminário ocorrerá entre os dias 14 e 16 de setembro, na FURB. O SEDRES é um evento bianual itinerante, articulado e organizado por programas de pós-graduação vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). A primeira edição do SEDRES teve lugar em agosto de 2012 no Rio de Janeiro (RJ). A segunda ocorreu em agosto de 2014 em Campina Grande (PB). Em sua terceira edição, o evento dará continuidade ao que já constitui um traço próprio, característico: tratar-se-á, como nas duas edições anteriores, de um Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade. Para mais informações e submissão de trabalhos entre no site <http://proxy.furb.br/soac/index.php/sedres/iisdes>

FÓRUM DE SUPERVISÃO DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL SE REÚNE

Está marcado para o dia 20 de abril o próximo encontro do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social. O primeiro encontro ocorreu no dia 16 de março e reuniu os professores do Departamento de Serviço Social, os assistentes sociais das unidades concedentes que exercem a atribuição de supervisão direta de estágio obrigatório e não-obrigatório, além dos acadêmicos do curso. O Fórum tem como objetivo oportunizar o diálogo entre os atores envolvidos na formação profissional e a capacitação continuada dos assistentes sociais que exercem a supervisão direta de estágio, atribuição privativa, de acordo com o Art. 5º, VI, da Lei n. 8.662/1993, e com a Resolução n. 533/2008, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

LIVRO SOBRE DIREITOS HUMANOS É LANÇADO NA FURB

Em 13 de abril, no auditório do Bloco J, Universidade Regional de Blumenau (FURB), será lançado o livro Enciclopédia latino-americana dos Direitos Humanos. Organizado por Antonio Sidekum, Antonio Carlos Wolkmer e Samuel Manica Radaelli, a obra reúne experiências, conceitos e teorias que enfrentam a problemática dos direitos humanos na realidade histórica latino-americana. O lançamento oficial vai contar com a presença dos organizadores que vão fazer uma mesa redonda, para discutir alguns dos verbetes que encontram-se na enciclopédia. O livro, que possui 760 páginas, já está à venda na livraria da Furb, no site da Edifurb, além de sites de outras livrarias conveniadas.



FOTO: JAIME BATISTA

NATEL EXPLICA NA CÂMARA AUMENTO DAS MENSALIDADES ACIMA DA INFLAÇÃO

O reitor da FURB, João Natel, prestou esclarecimentos sobre o aumento das mensalidades acima da inflação na Câmara de Vereadores. Ele ocupou a tribuna livre na sessão do dia 22 de março, atendendo ao Requerimento 18/2016, de autoria do vereador Jefferson Forest (PT). O requerimento convidava Natel para prestar informações e esclarecimentos a respeito do aumento acima da inflação das mensalidades dos cursos da Furb, o que pode acarretar a perda de programas sociais, tais como o FIES. Ele expôs os requisitos para utilização do financiamento estudantil para os alunos e para as instituições de ensino. Acrescentou que de 2014 a 2016 houve uma redução de 80% no número de novos estudantes com contratos do Fies, mas ainda assim a insegurança relativa ao recebimento dos valores persiste na universidade. Natel expôs o cálculo feito para definir o valor do reajuste das mensalidades, que foi discutido pelo Conselho Universitário. "No fim do ano passado, considerando diversos índices inflacionários, chegou-se ao número de 10,49%". Frisou que foi acrescido 1% relativo ao anuênio dos servidores e mais 1% que precisou ser destinado para o equilíbrio financeiro do ISSBLU. O vereador Jefferson Forest (PT), proponente da convocação ao reitor, questionou se o reajuste acima da inflação é mesmo necessário e que tipo de investimentos a universidade fez para justificar o reajuste.

LANÇAMENTO DO LIVRO "O FILHO DA EMPREGADA", DE MARCELO LABES SERÁ NA BIBLIOTECA DO SESC

Em 12 de abril, terça-feira, às 19h, acontece o lançamento do livro "O Filho da Empregada", de Marcelo Labes, na Biblioteca Sesc em Blumenau. O evento, na Rua Getúlio Vargas, 227, contará com um bate-papo com o autor, que lança também a segunda edição de "Porque sim não é resposta". A programação conta ainda com exposição de livros do Coletivo Antítese e apresentação musical de Guilherme Kxopa. Marcelo Labes é natural de Blumenau. Optou pelo poema como forma de representar por ter mais liberdade na poesia do que na prosa. Segundo o autor, no livro não consta somente memórias, mas também traz um retrato do cotidiano vividos por ele e sua mãe. Autor de "Falações" (Edifurb, 2008, poemas) e de "Porque sim não é resposta" (Antítese, 2015, poema), também fez parte do projeto Processo de Despedida (fotografia), em parceria com Luiza Melo. "O filho da empregada" (Antítese e Hemisfério Sul, poema), é seu terceiro livro de poesia e uma forma de ir adiante.

ESPETÁCULO BAIANO CHEGA A BLUMENAU

Nos dias 9 e 10 de abril, 19h, acontece o espetáculo Entre Nós no Teatro Carlos Gomes. A peça traz à tona o tema diversidade e discute o respeito às diferenças, envolvendo família, estudo, trabalho, política, amor e sexualidade. Além das duas apresentações no Teatro Carlos Gomes, a peça será apresentada em uma ação pedagógica aos alunos e educadores da Escola de Educação Básica Pedro II. No elenco, Igor Epifânio e Anderson Dy Souza interpretam o papel de atores que tentam inventar na hora uma história de amor entre dois jovens gays. Para isso, eles enfrentam uma série de situações conflitantes e engraçadas até decidirem o destino dos personagens Rodrigo e Fabinho. O espetáculo foi selecionado pelo Programa Petrobras.

GRITO DO ROCK RETORNA A BLUMENAU

Entre os dias 10 e 17 de abril, Blumenau será umas das cidades que ocorrerá o Grito Rock, o maior festival integrado do mundo. Serão 8 dias de apresentações desde musicais de bandas da região até uma Invenção Audiovisual, do Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana. O evento acontece mundialmente, e em 2016 chegará à 300 cidade em 50 países. Em Blumenau foram dois meses de pré-produção, reuniões abertas, inscrições para artistas e muita articulação. Sendo um evento colaborativo, ainda há vagas para quem quiser trabalhar voluntariamente em várias áreas do festival. Entre os dias 10 e 15 a entrada é gratuita, no sábado e domingo, 16 e 17, o ingresso antecipado custará R\$10. Para mais informações da programação, acesse as páginas do festival de Blumenau nas redes sociais Facebook e Instagram: gritorockblumenau.

PERFEIÇÃO NA IMPERFEIÇÃO

POR OTNIEL ACÁCIO

Estudante de Engenharia de Telecomunicações da FURB e bolsista da Sonangol
< otnielacacio@live.com.pt >

Pois me deixa estupefato o fato de seres tão esbelta.
És tão tudo que não preciso que sejas perfeita.
Tuas dores de parto foram marcantes e hoje nos tens...
Teus filhos e recursos... Os teus bens...
Partos certos... Pariste-nos em Cesarianas...
Saudáveis e nutridos...
Teu nome nos irradia... nos ilumina...

Tua Natureza naturalmente fascina...
Meus olhos cobertos de lágrimas...
Dói e dói forte... Hoje não te consigo enxergar...
Porém aqui dentro, no lado esquerdo sempre vais morar...

Vegetação... Emoção... Inspiração, tu me proporcionas...
Por ti eles cantam, os voadores te anunciam...
Quem me dera os ajudar... Encantam...

Teu sorriso é notório em teu ser...
Sortudos são os que te podem ter...
Te tenho minha mãe, minha fundação...
Te Temos, nossa casa, nossa mansão...

Pois grandes são os teus feitos...
Amamentas todos os teus com teus belos peitos...
Água límpida do Kwanza,
Tuas lindas cachoeiras do Binga
Tua filha, tua Terra, Cabinda...

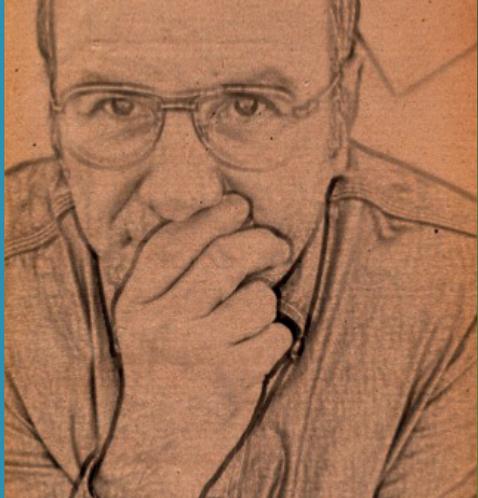
És tão livre até em Quedas, Calandula...
Olhe para as tuas fendas, Tundavala...
Não precisas de bocas e de expressões...
Nada a dizer...
Bastam olhos e atenções...
Apenas te ver...

Angola...
Teu formato é único e compacto
A variedade te define...
Tens cidades e mato...
E disto fomos alimentados...
De teu suor, teu sofrimento...
Revoluções, vários movimentos,
Hoje livre, esperamos progresso.

Tuas curvas e linhas me lembram da Leba
Mãos de mães aquela serra fizeram,
E hoje são lembranças que nunca esquecidas...
Fazem de ti linda e Linda.
Missão cumprida... Angola.

Otniel Acácio.
@arrepiooltos (instagram)





LADO B

A FALSA POLARIZAÇÃO

A crise política invadiu a FURB. Assim, do Pixuleco em frente a universidade ao debate sobre a democracia do CCHC a crise tomou conta dos corredores, auditórios e chegou as salas de aula. O engajamento da FURB no debate sobre o futuro do Brasil é saudável para a região. Há afinal, como se diz por aí, a democracia é sempre barulhenta. Porém, o rebaixamento do horizonte de previsibilidade política causado pela sucessão vertiginosa dos fatos polariza o debate e acentua as diferenças de forma perigosa. Nesse sentido, é possível diferenciar duas formas discursivas de engajamento: a) Criminalização da Política; b) Politização do Crime.

A denúncia da Criminalização da Política é difundida desde as linhas de defesa governamentais. Este discurso é elaborado pelo Bloco Semipetista: aglutinação forçada de grupos de esquerda na defesa do Governo Dilma II. Por um lado, denuncia o golpe contra a democracia; por outro, se centra no ataque ao juiz Moro. Trata-se, portanto, tanto do questionamento do ativismo judicial da Força Tarefa, quanto das ações dos partidos de oposição. A estratégia visa deslegitimar o processo de impeachment e também neutralizar a corrosão do patrimônio eleitoral de Lula causado por uma eventual prisão.

Já a denúncia da Politização do Crime é emitido pelas linhas de ataque vindas da oposição. Este discurso é estabelecido pelo Esquadrão Antipetista: reunião de setores contrários que se identificam pelo combate ao Governo Dilma II. Por um lado, destaca a corrupção sistêmica do Governo PT; por outro, acusa o governo de improbidade administrativa.

Constitui um esforço de caracterizar o governo um projeto de poder fundamentado no saque dos recursos públicos. Nesse sentido, este discurso tenta demonstrar que o poder foi utilizado pelos agentes governamentais a serviço da ilegalidade, para derrubar o governo.

A adesão dos intelectuais de ambos os lados da fronteira ideológica é o combustível que reforça esta crispação política. Estes “cronistas da crise” alimentam a frenética espiral de ódio disseminando opiniões pré-fabricadas ideologicamente de que a “culpa é dos outros”. Por um lado, os intelectuais de esquerda acirram o ressentimento dos oprimidos porque não querem que o PT deixe o governo excluído por corrupção; por outro, os intelectuais de direita aproveitam a repulsão social ao governo para demonizar o PT. Nesse sentido, a sucessão de manifestos reflete a escalada verbal da bolha política,

fazendo apenas crescer tensão.

É que o forte clima de excitação política causado pelas manifestações de rua e intensificado nas redes sociais tem comprometido a análise da crise. A radicalização fundamenta-se numa lógica excludente: ou você está comigo, ou você está contra mim. Esta torcida ideológica reduz a crise a uma equação demasiadamente simples: a) Na oposição: o que ruim para o PT é bom para o Brasil; b) No governo: o que é bom para o PT é bom para o Brasil. O clima de Fla-Flu nas ruas, nas redes sociais e nas salas de aula dificulta a compreensão do que está em crise: ambos os grupos temem serem tragados pelo vórtice da Lava-jato.

Por isso, a crise política precisa ser considerada para além das oposições binárias. Para tentarmos entender os atuais desafios políticos é preciso evitar o maniqueísmo que reduz o debate a

um jogo de excludências. Para isso precisamos retornar ao Inverno Tropical de Junho de 2013. A crise que estamos atravessando constitui o desdobramento das Manifestações de Junho de 2013. Por um lado, o sistema político (partidos e políticos) bloqueou a insatisfação das ruas; por outro, a Lava Jato deu concretude as expectativas de mudanças da sociedade, aumentando o protagonismo político ao judiciário.

O rebaixamento das condições de governabilidade surge porque as instituições não respondem mais as necessidades da sociedade brasileira. O protagonismo político do judiciário constitui o resultado mais evidente da desmoralização completa do poder executivo e da decomposição da capacidade de propor soluções do poder legislativo. É neste contexto de instabilidade institucional que as lideranças partidárias e econômicas tentam pactuar um acordo. A dificuldade de estabelecimento de uma saída institucional se deve ao fato que a democracia no Brasil continua ainda pouco democrática.

Nesse sentido, o Brasil permanece paralisado politicamente porque o governo não consegue governar e a oposição não consegue se opor. Por um lado, as forças de oposição não conseguem convencer a sociedade sobre a solução do impeachment: a substituição de Dilma e do PT não produzirá o apaziguamento político; por outro, a imobilidade aumenta o custo político de manutenção do governo: ninguém mais escuta o que Dilma fala porque o governo não consegue cumprir nenhum acordo. Dito de outra forma, o fato de o Governo Dilma estar condenado não garante automaticamente a viabilidade de um novo governo.

É que a medida que as investigações Lava-jato avançam compromete cada vez mais pessoas. Por isso, aumenta proporcionalmente a resistência e, conseqüentemente, os imperativos de controle. Como não é mais possível trancar desde cima a Lava-jato pelo Supremo Tribunal, busca-se imprimir um andamento ao processo que permita o funcionamento do sistema político e a constituição de um governo com ou sem Dilma. Nesse sentido, tanto o Plano Lula (salvar Dilma) como a Solução Temer (sacrificar Dilma) passam por um amplo pacto político (união de inimigos) contra a aceleração do vórtice da Lava-jato.

Porém, um número crescente de pessoas começa a desconfiar desta bipolarização. A base da sociedade parece não querer se enquadrar numa realidade política reduzida a Coxinhas e a Petralhas. Trata-se de um grupo de pessoas que não apoia o Governo, mas também não confia nas alternativas da Oposição. Reúne as pessoas que não tem nenhuma expectativa com relação ao Plano Lula muito menos com a Solução Temer. Portanto, um grupo de pessoas que rejeita os discursos da Criminalização da Política ou da Politização do Crime. Percebem que a crise política é um jogo entre elites para solução de seus próprios problemas.

O Brasil é mais que isto. O Brasil é muito mais que o seu sistema político e suas lideranças e, portanto, suas soluções. Com o que sabemos hoje sobre as relações entre o sistema político e o setor empresarial, mas também sindical e movimentos sociais, é que temos sido enganados a muito tempo. Por isso, precisamos urgentemente recuperar o Espírito de 2013. Reconhecer que sem uma reforma política e sem uma reforma do judiciário não existem condições práticas para garantir a participação social. Neste sentido, recuperar o Espírito de 2013 é defender a realização de eleições gerais com motivações constituintes.

A situação é grave, complexa e de difícil solução. Estamos atravessando uma das mais profundas crises institucionais de nossa história. Por isso, a instabilidade política é inevitável. Não é tempo de recorrer a análises simplistas, soluções fáceis e ídolos de ocasião. Quem está disposto a debater é marginalizado pelo acirramento da polarização. Portanto, cabe a universidade estabelecer condições para ligar o sistema político e a base da sociedade. E é dever da FURB fortalecer a democracia ampliando os debates na região. Afinal, as crises da democracia se enfrentam com mais democracia, ou seja, com mais participação!

“

A situação é grave, complexa e de difícil solução. Estamos atravessando uma das mais profundas crises institucionais de nossa história. Por isso, a instabilidade política é inevitável. Não é tempo de recorrer a análises simplistas, soluções fáceis e ídolos de ocasião.